POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL FRENTE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Maina Saldanha Garcia[1]
Julia Arnt Machado[2]
Elisangela Maia Pessoa[3]
Rosilaine Coradini Guilherme[4]

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões acerca dos desafios em se realizar o exercício profissional dos/as assistentes sociais pautado no projeto ético-político do Serviço Social, considerando as políticas sociais no neoliberalismo. Neste sentido, objetiva-se discorrer brevemente sobre o projeto ético-político do Serviço Social, a fim de compreender os limites e as possibilidades de intervenção profissional junto às políticas sociais diante da atual conjuntura marcada por desmontes e contrarreformas, que geram perdas para a classe trabalhadora. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, com enfoque qualitativo, realizado por meio de uma revisão bibliográfica. Percebe-se contradições de caráter neoliberal, que envolvem as políticas sociais na sociedade capitalista, a qual gera diversas expressões da questão social. Dessa forma, os valores que implicam o projeto ético-político do Serviço Social, tais como democracia, cidadania, liberdade, justiça social, emancipação, continuam necessários ao fazer profissional crítico em prol das lutas sociais.

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Ético-Político; Lutas Sociais, Política Social.

SUMMARY

This paper presents reflections on the challenges in carrying out the professional practice of social workers based on the ethical-political project of Social Work, considering social policies in neoliberalism. In this sense, the objective is to briefly discuss the ethical-political project of Social Work, in order to understand the limits and alternatives of professional intervention in social policies in the face of the current situation marked by dismantling and counter-reforms, which generate losses for the working class. This is an exploratory study, with a

[1] Discente do curso Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja/RS, mainagarcia.aluno@unipampa.edu.br.
[2] Discente do curso Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja/RS, juliamachado.aluno@unipampa.edu.br.
[3] Docente da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS. Dra. em Serviço Social, elisangelapessoa@unipampa.edu.br.
[4] Docente da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS, Dra. em Serviço Social, rosilaineguilherme@unipampa.edu.br.

qualitative focus, carried out through a literature review. Contradictions with a neoliberal basis can be seen, involving social policies in capitalist society, which generates different expressions of the social issue. Therefore, the values that imply the ethical-political project of Social Work, such as democracy, citizenship, freedom, social justice, emancipation, are still necessary when making a critical professional in favor of social struggles.

Keywords: Social Work; Ethical-Political Project; Social Struggles, Social Policy.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o Serviço Social surge em decorrência do processo de industrialização tardia que desenvolveu-se no país na década de 1930. A área emerge para dar resposta às expressões da questão social em evolução no sistema capitalista, com base nos interesses burgueses. Neste sentido, o Serviço Social tem sua gênese no conservadorismo da igreja católica. Com o passar das décadas, a profissão desenvolve importantes conhecimentos teóricos e metodológicos, amplia seus instrumentos técnicos, assim, amadurece e assume o seu verdadeiro compromisso junto à classe trabalhadora (BULLA, 2003).

Diante das transformações que a profissão percorreu, destaca-se a Lei de nº 8.662, de 07 de junho de 1993, a qual dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências (BRASIL, 1993). No mesmo sentido, órgãos da categoria profissional, instituíram em 1993 o atual Código de Ética do/a Assistente Social. O qual em seu primeiro princípio fundamental destaca o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (BRASIL, 2012, p.23).

A partir dos princípios instituídos no código de ética de 1993, materializa-se o projeto ético-político da categoria profissional. Abre-se então, espaço para um projeto que tem a liberdade como valor ético central, a emancipação como essencial, a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora, comprometido com a democracia. E, portanto, com as lutas de classe, em negação a qualquer tipo

de violência e discriminação, resistindo em favor de uma nova ordem societária igualitária, possibilitada principamente, pelo fortalecimento das lutas sociais.

Considerando a relevância da temática ora apresentada, buscou-se a partir dos componentes curriculares Ética Profissional e Serviço Social, e Política Social - ambos integram a matriz curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, RS -, aprofundamento de estudos. Dessa forma, metodologicamente, foi realizada revisão bibliográfica exploratória, com perspectiva qualitativa. Estabeleceu-se como objetivo do estudo discorrer brevemente sobre o projeto ético-político do Serviço Social, a fim de compreender os limites e as possibilidades para a intervenção profissional nas políticas sociais diante da atual conjuntura marcada por desmontes e contrarreformas, que geram perdas a classe trabalhadora. Ressalta-se a importância de se tecer reflexões a partir de processos históricos, sociais e econômicos que se articulam, tanto na formação do/a assistente social, quanto na normatização das políticas sociais. Deste modo, contribuir a partir da intervenção profissional no enfrentamento das expressões da questão social, reafirmando o projeto ético-político, diante desse atual cenário desigual, marcado pelos desmontes dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Por conseguinte, as reflexões do texto em tela, estão organizadas em dois itens, sendo que em um primeiro momento discorre-se sobre projeto ético-político do Serviço Social, com destaque a sua constituição e os princípios que norteiam o agir profissional. No segundo item, discorre-se a respeito das políticas sociais no âmbito brasileiro, propondo-se compreender os cenários que marcaram seu desenvolvimento e as implicações para o trabalho dos/as assistentes sociais.

2 BREVE REFLEXÃO SOBRE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Compreender o significado do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP), é fundamental para não incidir no esquecimento dos seus importantes significados. O qual entre seus principais compromissos, objetiva a emancipação e autonomia da

classe trabalhadora, a justiça social, a liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos, tal como vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Aponta-se que PEP:

> tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, apud, TEIXEIRA; BRAZ, 2009, 190).

Para se questionar a gênese conservadora profissional, calcada em pressupostos católicos, burgueses e assistencialistas, a qual marcou o surgimento do Serviço Social brasileiro, é fundamental entender a constituição do atual projeto profissional no sentido de reafirmar a ruptura com o conservadorismo. Pontua-se que essa "onda de avanços" se deu a partir do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais no ano de 1979, ficando conhecido como o Congresso da Virada[5] (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

A construção coletiva desse projeto se deu nos anos seguintes, a contar de 1986, mediante Código de Ética do referido ano, que assumia a partir de então o compromisso com a classe trabalhadora. Ainda que a maturidade profissional estivesse em construção não restava mais dúvidas sobre as pautas a serem defendidas em prol das lutas sociais. No entanto, é a partir da década de 1990 que ocorrem significativos avanços acerca desse projeto profissional, marcados por importantes produções teóricas e uma intensa mobilização política que envolve os/as assistentes sociais juntamente com os movimentos das classes trabalhadoras (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Observa-se que a consolidação do PEP se deu a partir de três momentos, em primeiro lugar o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 1996, discutiu a

[5] "É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na Cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes advindos do movimento dos trabalhadores" (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, 194).

respeito do referido projeto. Em um segundo momento, este foi tema no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em Goiás, no ano de 1998. E, por conseguinte, em 1999, José Paulo Netto, lança um artigo, no qual refere-se ao trabalho e projeto ético-político do Serviço Social, usado como referência até os dias de hoje.

> O coroamento do Projeto Ético-Político do Serviço Social, é o código de ética de 1993 (Netto,1999), estando também expresso na lei de regulamentação da profissão de 1993 e nas diretrizes curriculares de 1996. Assim, o código, as diretrizes curriculares e a lei de regulamentação podem ser entendidos como o tripé de fundamentação do Projeto Ético-Político (MATOS, 2013, p.97).

Desta maneira, o PEP tem como pano de fundo, a ruptura com o conservadorismo que envolve os processos de desigualdades sociais, culturais e econômicos na sociedade. Assim, diversas produções acadêmicas no âmbito do Serviço Social e experiências profissionais, desde então, fomentam reflexões que visam a busca por um "exercício profissional comprometido com justiça social e a liberdade, valores centrais do atual código de ética, promulgado em 1993" (MATOS, 2013, p. 97).

Contudo, não há um documento expresso que conste as normatizações, os objetivos ou valores éticos e políticos desse projeto, visto que o PEP refere-se a um posicionamento político, a uma intencionalidade transformadora, que visa uma nova ordem social emancipadora e igualitária. Desta forma, quando busca-se suporte para desempenhar o agir profissional, a partir dos estatutos legais, recorre-se ao atual Código de Ética e a Lei de Regulamentação Profissional, ambos de 1993. Como apontam Teixeira e Braz (2009), o projeto possui elementos constitutivos:

> [...] o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos; o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora; o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exibe uma produção monumental de riquezas; o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 190-191).

No intuito de materializar esses elementos constitutivos, o/a profissional assistente social desempenha ações, tendo como parâmetros a) produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, b) a partir das instâncias político-organizativas da profissão[6], e c) por meio da dimensão jurídico-política da profissão (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Assim, por meio desse tripé, será possível exercer na prática os valores profissionais, fundamentalmente pautados no PEP, e socialmente comprometido a implementar um novo projeto societário.

Diante do exposto, os/as assistentes sociais, são capazes de construir estratégias de intervenção pautadas nos compromissos ético-políticos, buscando alternativas que coloquem em questão o paradigma neoliberal. A concepção neoliberal está pautada na consolidação da ordem capitalista, a qual coloca a economia acima da dignidade do ser humano, e que explora e oprime a classe trabalhadora cada vez mais. Com isso,

> [...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 156).

Para tanto, cabe aos profissionais do Serviço Social, se comprometerem com a superação das desigualdades, visando a liberdade e a justiça social em apoio às lutas sociais, indo contra qualquer tipo de preconceito. Portanto, é fundamental internalizar no cotidiano os princípios que norteiam o PEP a partir de totalizações que levem em conta a realidade social de forma crítica e propositiva.

Porém, a onda neoliberal que o Brasil vem vivenciando desde a década de 1990 se constitui como um limite e um desafio para os/as assistentes sociais, no que diz respeito a se realizar o exercício profissional pautado no PEP. Pois, a política

[6]"as associações profissionais, as organizações sindicais e, fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social)" (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 191).

social no Brasil se caracteriza por inúmeras contrarreformas, que só beneficiam o mercado e se configuram como desmonte dos direitos da classe trabalhadora.

2.1 A política social no Brasil e suas implicações para a intervenção profissional do/a assistente social

O Serviço Social é uma profissão interventiva no âmbito do conjunto das manifestações da questão social, com objetivo de ampliar a justiça social, uma vez que, os processos de desigualdade, que envolvem as classes sociais, são ocasionados devido a estrutura da sociedade capitalista, o que exige lutas sociais constantes em busca de acesso a direitos. Por isso, é preciso articulação junto à classe trabalhadora, em apreensão das suas necessidades, para que se fortaleçam possibilidades de resistência, seja mediante movimentos sociais, fóruns de debate, conselhos de direito, etc. Todos os dias haverão lutas, disputas e embates ideológicos, é um desafio constante, já que as políticas sociais estão sempre em disputa e permeadas por contradições. Pois, elas são produto desse modo de produção desigual mas, também, são fruto das lutas da classe trabalhadora. De acordo com a perspectiva marxista das políticas sociais, “[...] parte-se da ideia de que as políticas sociais não podem ser pensadas como meras concessões por parte do Estado” (PASTORINI, 1997, p. 86).

É importante ressaltar que a profissão possui o código de ética (1993), e objetiva um projeto societário que pressupõe a emancipação humana - a qual se refere a condição de seres humanos "livres do trabalho assalariado, realizado sob coação; portanto, seriam capazes de usufruir da liberdade de realizar pelo trabalho (considerado em sua modalidade específica) a sua própria humanidade" (PEREIRA, 2013, p.40). Diante do exposto, fica nítido que não é possível alcançar a emancipação humana na sociedade de classes, pois este é um conceito que está ligado à ideia de uma sociedade com igualdade e liberdade, sem exploração e alienação do trabalho.

Então, cabe, enquanto importante possibilidade para o/a assistente social, desenvolver sua intervenção no sentido de ir além das demandas profissionais,

mediante crítica à ordem social vigente e ao desmonte dos direitos. Não é admissível políticas focalizadas e fragmentadas frente às desigualdades sociais existentes, logo deve-se lutar por políticas universalistas, pautadas na cidadania, liberdade, democracia e que possuam convergência com o projeto profissional.

Destaca-se que as políticas sociais se configuram como um campo contraditório, uma vez que a conjuntura dos anos 1930 foi de muitas transformações no Brasil e no mundo. O capitalismo passava por uma crise econômica, que exigiu mudanças na relação do Estado com a sociedade, ocorrendo a implantação de sistemas de seguro social para a classe trabalhadora em alguns países. No Brasil, "Getúlio Vargas, através de sua política trabalhista, buscava, ao mesmo tempo, controlar as greves e os movimentos operários e estabelecer um sistema de seguro social" (FALEIROS, 2000, p.45). Inicialmente, esse sistema de seguros foi implementado de forma fragmentada e limitada, a partir de Institutos de Previdência Social, apenas para algumas categorias de trabalhadores, outras categorias ficaram excluídas. Gradativamente foram ocorrendo diversas alterações nesse modelo, com ganhos e perdas, outras categorias profissionais foram sendo incluídas à previdência social, mas esse modelo continua longe de ser o ideal, considerando constantes reformas que nem sempre levam em conta a necessidade da classe trabalhadora (FALEIROS, 2000) .

Com a Constituição Federal de 1988 "a saúde e a assistência social passaram a ser direitos do cidadão e dever do Estado" (FALEIROS, 2000, p. 49). Entretanto, para garantir o acesso à seguridade social é necessário ter acesso ao trabalho, já que contingente de trabalhadores que estão no mercado informal de trabalho, muitas vezes, não dispõe de recursos para contribuir com a previdência social. Pois, a Constituição Federal de 1988 preconizou "[...] restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e limitar a assistência social a quem dela necessitar" (BOSCHETTI, 2009, p. 324).

Assim, chama-se atenção o fato de que quem estiver desempregado ou inserido em relações informais de trabalho possuem obstáculos no que se refere ao acesso à previdência. Por isso, "[...] esse padrão de seguridade social, fundado na

lógica do seguro, só universaliza direitos sem universalizar, igualmente, o direito ao trabalho" (BOSCHETTI, 2009, p. 326).

Assim, persiste-se limites estruturais da ordem capitalista, uma vez que não existe emprego para todos que necessitam, de modo consequente o modelo de seguridade social brasileiro, não é suficiente para satisfazer as necessidades da população. Como se isso já não fosse suficientemente difícil, a seguridade social ainda tem enfrentado vários desafios, já que a "onda neoliberal que assolou o país a partir da década de 1990 foi determinante para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais" (BOSCHETTI, 2009, p. 330).

A atual conjuntura brasileira, retrata um cenário de "desgoverno", desmonte e precarização das políticas públicas, em especial as sociais, de acordo com os interesses do capital financeiro. Alega-se escassez de recursos, controla-se a grande mídia como forma de manipulação e tenta-se aprovar várias contrarreformas, que só servem para promover a desestruturação da seguridade social.

> Para o Serviço Social, os desdobramentos não foram nada animadores, uma vez que resultaram em nefastas consequências que recaíram tanto sobre os usuários da profissão quanto sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, como as de todos os trabalhadores (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.197).

Diante deste contexto, cabe aos/às assistentes sociais seguirem na luta em defesa dos direitos conquistados, em busca da construção de uma nova ordem social para alcançar a emancipação, autonomia e liberdade para todas as pessoas. É preciso ter sempre um olhar mais crítico acerca da realidade, buscando adquirir constantemente conhecimento, informando-se e se posicionando de forma crítica a essas contrarreformas neoliberais, que só trazem ganhos ao capital. Considerando que:

> [...] o projeto profissional mantém estruturais relações com os projetos societários, podemos dizer que, diante do quadro atual – de continuidade da ofensiva do capital e de enfraquecimento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho –, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 197).

Tendo em vista o cenário de desmonte das políticas sociais e todos os desafios que implicam para a materialização do PEP, é preciso que os assistentes sociais realizem intervenções éticas, qualificadas e socialmente comprometidas com os interesses da classe trabalhadora.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto, ressalta-se que como sendo extremamente importante fortalecer as lutas sociais e resistências da classe trabalhadora, o que em especial reforça a necessidade dos profissionais do Serviço Social dialogarem e refletirem constantemente sobre o seu fazer profissional, em defesa do projeto ético-político e na intenção de materializá-lo. A classe trabalhadora atualmente encontra-se fragmentada considerando a precarização das relações de trabalho, o que reforça processos de alienação, nesse sentido, é preciso se articular para fortalecer a luta coletiva por nenhum direito a menos.

Frente a todo conservadorismo presente no Brasil contemporâneo com a onda neoliberal, que tem promovido o desmonte dos direitos sociais e contribuído para o agravamento das desigualdades sociais, se faz necessário reafirmar o projeto ético-político profissional, a partir de um agir profissional que tenha uma intencionalidade transformadora, visando uma nova ordem social justa e igualitária.

Em síntese, os/as assistentes sociais estão inseridos profissionalmente frente às demandas decorrentes das contradições presentes nos conflitos da ordem social capitalista, assim como atuam no âmbito das políticas públicas, ou na esfera privada, nos movimentos sociais. Também se inserem no meio acadêmico por meio de pesquisas, estudos ou projetos, sobretudo assumindo a defesa dos direitos dos cidadãos e a ampliação democrática. Com isso, busca-se articular toda a categoria profissional, juntamente com a sociedade, chamar para a luta e resistência, a fim de superar o atual sistema opressor, explorador e desigual, para o combate a todas as formas de violências e preconceitos, para assim galgar a plena garantia dos direitos e uma sociedade efetivamente livre e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm> Acesso em: 03 de mai. de 2021.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. A política social da seguridade social no Brasil. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3: Política Social. Brasília: UNB-CEAD (Centro de Educação Continuada à Distância), 2000.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde:** reflexões para o exercício profissional. São Paulo. Cortez, 2013.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XVIII. Nº. 53, 1997.

TEIXEIRA, Joaquina B; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.** In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. **O sentido de igualdade e bem-estar em Marx**. Revista Katálysis, v. 16, n. 1, p. 37-46. jan./jun. 2013.